



## **ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E VIOLÊNCIA: O MODUS OPERANDI NOS PAÍSES DEPENDENTES**

## **ACUMULACIÓN CAPITALISTA Y VIOLENCIA: EL MODUS OPERANDI EN LOS PAÍSES DEPENDIENTES**

Thays Fidelis<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva demonstrar como o Estado, em sua relação umbilical com o capital, busca garantir a reprodução e acumulação capitalistas a partir da violência. Utiliza-se do método materialista-histórico-dialético marxiano e das contribuições da teoria marxista da dependência para tal análise, o que permitiu sucessivos processos de aproximação e distanciamento com o objeto em diferentes níveis de abstração. Com esses processos foi possível apreender que o Estado, enquanto detentor do monopólio da violência, utiliza-se dela em seus aspectos econômico e extraeconômicos para cumprir sua função primordial, a saber, garantir e defender as condições necessárias para a reprodução do capital. Para cumprir tal função, o Estado cria um *modus operandi* particular nos países dependentes que garante não somente a superexploração da força de trabalho (através da reprodução atrofiada da força de trabalho), como também a sujeição da classe trabalhadora aos projetos de dominação, ao armamentismo e à militarização da vida.

**Palavras-chaves:** capitalismo dependente; estado; violência; superexploração; forças armadas

**Resumen:** Este artículo pretende demostrar cómo el Estado, en su relación umbilical con el capital, busca garantizar la reproducción y acumulación capitalista a través de la violencia. Se utiliza para dicho análisis el método materialista-histórico-dialéctico marxista y los aportes de la teoría marxista de la dependencia, que permitieron sucesivos procesos de aproximación y distanciamiento con el objeto en diferentes niveles de abstracción. Con estos procesos se pudo entender que el Estado, como poseedor del monopolio de la violencia, la utiliza en sus aspectos económicos y extraeconómicos para cumplir su función primordial, a saber, garantizar y defender las condiciones

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Estado, Direito e Capitalismo Dependente" da UFAL e pesquisadora do Grupo de Trabalho "Marxismos y resistencias del sur global" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). ORCID: 0000-0002-8713-0451. Email: thays.karoll@gmail.com

Artigo submetido em: 31 de março de 2024.

Artigo aceito em: 12 de agosto de 2024.

p. 42-69. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202420>

necesarias para la reproducción del capital. Para cumplir esta función, el Estado crea un modus operandi particular en los países dependientes que garantiza no sólo la superexplotación de la fuerza laboral (a través de la reproducción atrofiada de la fuerza laboral), sino también el sometimiento de la clase trabajadora a proyectos de dominación, a armamentos y la militarización de la vida.

Palabras clave: capitalismo dependiente; estado; violencia; sobreexplotación; fuerzas armadas

## INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista tem, em sua essência, a necessidade incessante de valorizar o valor, ou seja, de reproduzir e acumular a mais-valia. Esta, produzida a partir da exploração da força de trabalho no processo produtivo, possui uma tendência ao seu decréscimo (lei tendencial a queda da taxa de lucro de Marx) devido ao constante desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, recorre a estratégias de exploração da força de trabalho cada vez mais robustas.

Para que essas estratégias possam se consolidar, o Estado burguês é imprescindível. Ele possui uma relação de umbilical com o capital, sendo um campo superestrutural diretamente vinculado à estrutura. Nesse sentido, concordamos com Mészáros quando ele propõe entender a relação entre capital e Estado como uma relação constituída por elementos entrelaçados, entrecruzados a ponto de não se poder dissociá-los, uma *relação de co-determinação entre as unidades reprodutivas materiais e o Estado*, no qual "a estrutura de comando político surge para complementar ('no nível de abrangência apropriado'), em vista dos defeitos estruturais do sistema, os elementos reprodutivos materiais, sempre de acordo com a dinâmica expansionista do sistema do capital" (Paniago, 2012a, p. 85).

Essa dinâmica tem como principal resultado o imperialismo que, resumidamente, coloca os países com maiores concentração e centralização de capitais na busca por outros territórios para dominação e subordinação econômica, política, social e cultural, obedecendo às demandas de reprodução e acumulação do capital próprias da fase de expansão do capital. Nessa fase do capitalismo as estratégias para a garantia da reprodução e acumulação do capital ganham novas faces, em especial nos países da periferia do capitalismo.

No presente artigo demonstraremos como o Estado, em sua relação umbilical com o capital, busca garantir a reprodução e acumulação capitalistas a partir da violência. Num primeiro momento tratamos da violência *econômica*, advinda do processo de produção e

apropriação da mais-valia, ou seja, a violência imposta diretamente à classe trabalhadora através da superexploração da força de trabalho da periferia do capitalismo.

Em seguida, abordamos a tendência nas formações sociais latino-americanas da violência *extraeconômica*, essencialmente através da violência estatal. Esse tipo de violência parte da relação umbilical entre capital e Estado e pode ser observada no papel da indústria bélica para a acumulação de capital ou, ainda, nos planos dos governos ditatoriais brasileiros ou na institucionalização da contrainsurgência através do Estado de Quarto Poder brasileiro que garantem a superexploração da força de trabalho para garantir as taxas de lucro.

Por fim, desenvolvemos sobre o processo de militarização da vida como um processo de internalização e naturalização da violência nas relações sociais das formações sociais latino-americanas e como um processo que financia um complexo (industrial bélico) essencial ao monopólio da violência pelo capital.

O debate sobre a violência pode ter várias linhas argumentativas, escolhemos relacioná-la ao processo de reprodução e acumulação capitalista por entender que o momento determinante é sempre da estrutura, donde surgem os mais diversos e distintos campos superestruturais. A violência é, portanto, tratada nesse artigo como um desses campos que corrobora com as relações sociais capitalistas, dentre as quais elegemos as relações nos países dependentes como locus de análise.

## CAPITAL, ESTADO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A principal tarefa do modo de produção capitalista é a reprodução incessante do capital. No entanto, isso não acontece aleatoriamente, começa com o capitalista tendo uma quantidade de Dinheiro (D) para comprar objetos, meios e força de trabalho como Mercadorias (M) de modo que, durante o processo de produção (P), a força de trabalho produza os bens necessários para a reprodução humana, bens que o capitalista venderá (M') por uma quantidade maior de dinheiro do que a investida (D') - o que resulta na fórmula  $D-M-P-M'-D'$ , ou de forma simplificada,  $D-M-D'$ . Karl Marx insiste no objetivo desse processo: "produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção" (1985, p. 191) - em oposição à produção mercantil simples que visa produzir bens com valor de uso.

Marx (1985) afirma que a lei da produção capitalista é "a relação entre capital, acumulação e taxa de salário" (p. 193), ou seja, a relação entre "trabalho não-pago [...] e trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional" (p. 193). Daí, a lei da acumulação capitalista

expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo o decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada" (Marx, 1985, p. 193).

Assim, essa relação entre capital, acumulação e taxa de salários tenderá sempre ao aumento dos dois primeiros em detrimento dos segundos. Para que isso aconteça, é necessário que as necessidades desse modo de produção sejam administradas e garantidas pelo Estado, garantindo um sistema sociometabólico umbilicalmente ligado ao capital. Para Mészáros, o Estado é uma "estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da 'base material' do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas" (2011, p. 119), ultrapassando, a partir da lógica dialética, a visão dicotômica de estrutura e superestrutura.

O autor mostra que, além da estrutura política regulatória, o Estado atinge sua enorme importância "também como um constituinte material essencial do sistema no seu todo, sem o qual o capital não poderia afirmar-se como a força controladora do modo estabelecido de reprodução sociometabólica" (Mészáros *apud* Paniago, 2012a, p. 82).

Mészáros (2011) argumenta que o capital é "um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado - num sentido apenas superficial - pelos capitalistas privados" (p. 98) e que o Estado, na relação de "co-determinação", complementa o controle do capital. É possível observar o papel do Estado no controle dos três defeitos estruturais do sistema de capital apontados por Mészáros: separação entre produção e controle; separação entre produção e consumo; Separação entre produção e circulação.

Como explicaremos nas próximas seções, ressaltamos que a ação do Estado é essencial para garantir a reprodução ampliada do capital, satisfazendo suas necessidades de forma geral. Nesse sentido, vamos agora à construção de Marx sobre a determinação da força de trabalho para entender como o Estado dependente latino-americano se adapta e se ajusta às demandas do capital ao ponto de permitir o que Fidelis (2021) chamou de reprodução atrofiada da força de trabalho.

Marx determina que força de trabalho ou capacidade de trabalho é "o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie" (Marx, 1985, p. 139). Quando essa capacidade de trabalho é destinada à produção de bens para seu uso, o produto de seu trabalho tem apenas valor de uso e, portanto, sua força de trabalho não é uma mercadoria. No entanto, essa mesma força de trabalho pode ser usada para a produção de mercadorias de valor de troca (como mencionado acima), um processo no qual a força de trabalho é uma mercadoria.

O autor constata que o valor das mercadorias é determinado antes de entrarem em circulação, a partir da quantidade de trabalho objetivado na mercadoria. Esse quantum é representado, em circulação, pelo preço ou valor de troca das mercadorias; e na esfera da produção pelo valor de uso, pois é nessa esfera que o possuidor de mercadorias

pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital (Marx, 1985, p. 138).

Esses outros proprietários de mercadorias que valorizam o valor de outras mercadorias no processo de produção são os trabalhadores que possuem a mercadoria mais importante para o capitalismo: a força de trabalho. Vamos ver por que ela é tão importante.

Se separarmos o processo em D-M e M-D, veremos que, no primeiro, o dinheiro só compra uma mercadoria e, se não for consumido, não tem como se valorizar; veremos também que no segundo (M - D) a mercadoria só é vendida, tornando-se a mesma quantidade de dinheiro. Portanto, o consumo da mercadoria força de trabalho é necessário no processo de produção para que ela seja simultaneamente consumida e crie valor.

Embora seja uma mercadoria especial, o valor da força de trabalho, como todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, pois "enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado" (Marx, 1985, p. 141).

Além de valor, a força de trabalho é corporeidade viva, de modo que "sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência (Marx, 1985, p. 141). Esse quantum de meios de subsistência é adquirido no mercado quando o trabalhador troca seu salário pelas mercadorias necessárias à sua subsistência. Isto é

o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do seu possuidor (Marx, 1985, p. 141).

Quando a força de trabalho é consumida no processo de produção de mercadorias, "é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser reposto" (Marx, 1985, p. 141) porque "se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. *A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal*" (Marx, 1985, p. 141, grifo nosso). O autor entende que essa soma dos meios de subsistência muda a cada construção/organização social (análise também realizada por Ruy Mauro Marini). Para Marx,

as próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (1985, p. 141).

Para determinar o valor da força de trabalho, Marx analisa os meios de subsistência que devem ser repostos diariamente, semanalmente, trimestralmente, etc., a fim de calcular o valor diário da força de trabalho. Dado esse cálculo, a quantidade de trabalho necessária para sua produção diária equivale a um dia de força de trabalho. Com base na determinação desse valor, o possuidor de força de trabalho oferece sua mercadoria peculiar no mercado por seu respectivo valor e o possuidor de dinheiro, com o objetivo de transformar seu dinheiro em capital, paga por esse valor.

No entanto, compreendendo as condições, hábitos e aspirações que constituem a classe trabalhadora; as particularidades da reprodução e acumulação do capital nas diversas formações sociais; e a determinação do valor da força de trabalho para sua reprodução em condições normais, o valor da força de trabalho pode ser pago abaixo do que o mínimo necessário para a reprodução normal, ou seja, abaixo de seu valor. Nas palavras de Marx, "se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em *forma atrofiada*" (Marx, 1985, p. 143, grifo nosso).

Essa abordagem da reprodução atrofiada da força de trabalho permite uma análise específica da superexploração da força de trabalho, na qual os donos do dinheiro se recusam a pagar o valor da reprodução da força de trabalho em condições normais. Marx afirma no capítulo 4 d'*O Capital* que

o limite último ou *limite mínimo* do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o *valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis*" (Marx, 1985, p. 143, grifo nosso).

Portanto, mesmo que o capitalista não pague o valor equivalente à reprodução *normal* da força de trabalho, o trabalhador é obrigado a vendê-la para obter - pelo menos - sua reprodução atrofiada: a não venda de sua força de trabalho é uma sobrecarga para o trabalhador por causa das exigências de sua reprodução. Dessa forma, Marx possibilita a análise da sujeição dos trabalhadores a condições inferiores às suas necessidades essenciais de subsistência, satisfazendo-as cada vez menos e, assim, produzindo uma tendência à *reprodução atrofiada da força de trabalho* (Fidelis, 2021) nos países do capitalismo dependente, sustentado pelo Estado.

O Estado latino-americano tem sido ampla e rigorosamente debatido, definindo suas características a partir das experiências concretas das formações sociais da região. Desde a nossa perspectiva, o conceito de Estado de contrainsurgência desenvolvido por Marini é o que melhor dá conta do funcionamento e estrutura estatal sob o capitalismo dependente latino-americano.

Enquanto a contrarrevolução burguesa em países centrais como os europeus conseguiu conquistar uma força política própria superior àquela do movimento popular, na América Latina a contrarrevolução assumiu tarefas militares para impor o projeto burguês, já que não conseguiu a hegemonia nem reuniu forças para vencer as lutas populares pela via da política institucional. Assim, o Estado latino-americano usou as forças armadas como via de enfrentamento reacionário para o restabelecimento das condições *normais* de acumulação e reprodução capitalista, instituindo o Estado de contrainsurgência.

Em termos mais precisos, o Estado latino-americano adotou a Doutrina de Contrainsurgência para submeter as mobilizações populares às novas condições do capital, convertendo a luta de classes em uma guerra de aniquilamento baseada em estratégias militares contrarrevolucionárias. Ruy Mauro Marini explica que

Ao privilegiar as Forças Armadas como elemento central de sua estratégia, a burguesia monopólica está cedendo a esse aparelho especial do Estado a missão de solucionar o problema; está, pois, passando do terreno da política ao da guerra. Na medida em que as Forças Armadas se encontram preparadas ideologicamente, pela doutrina de contrainsurgência, para o cumprimento dessa tarefa e para aplicar à luta política um enfoque militar, se resolvem em um só processo a vontade contrarrevolucionária da burguesia e a vontade de poder desenvolvida nas Forças Armadas (1978, p. 5, tradução livre).

Assim, as forças armadas aliam-se com frações da burguesia monopólica para estabelecer um programa estrutural de continuidade no interior do Estado capitalista latino-americano, acima dos diferentes governos que assumissem sua administração. Nos anos setenta, os regimes ditatoriais foram a resposta contrarrevolucionária das classes dominantes aos múltiplos movimentos populares resultantes das contradições estruturais do capitalismo dependente latino-americano.

Esses regimes procuraram redirecionar as funções de acumulação e reprodução do capital, assim como as funções de dominação burguesa perante o uso monopólico da força. No entanto, mesmo após o fim das ditaduras latino-americanas, a necessidade de manter a reprodução e acumulação ampliada do capital impõe aos países dependentes a continuidade não somente da reprodução atrofiada da força de trabalho (como garantia da superexploração e do conseqüente lucro extraordinário), mas também da continuidade da violência enquanto *modus operandi*.

## ***VIOLÊNCIA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA***

O imperialismo e a dependência devem ser entendidos como faces de um mesmo processo, no qual a necessidade incessante do capital de se autovalorizar busca ser garantida. Assim, o capital imperialista dos países centrais busca garantir os processos de reprodução e acumulação de capital em forma crescente através de diversas estratégias, dentre elas, o direcionamento de capitais para os países dependentes em forma de investimento direto ou indireto, de empréstimos, de acordos bi ou multilaterais, dentre outros.

Como é sabido, as formações sociais dependentes, em especial as da América Latina, são inseridas no modo de produção capitalista através das estratégias imperialistas, impactando duplamente nessas formações: por um lado, externamente, ao demandar mercadorias específicas não manufaturadas; e por outro, internamente, ao (re)estruturar a

organização social de tal maneira que desse conta dessas demandas. O que Theotônio dos Santos apontou em *Democracia e socialismo* como a *dialética entre o interno e o externo* é essa dupla dimensão dos impactos do imperialismo às formações sociais dependentes, pois elas “não podem ser reduzidas à determinação geral, mas, ao mesmo tempo, não se pode perder de vista essa determinação geral do MPC” (Campos; Oliveira, 2023, p. 387).

Marx, ao explicar como as relações de produção tipicamente capitalistas se tornam hegemônicas ao ponto de constituir um modo de produção (em substituição ao feudalismo), explicita que a “coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (Marx, 2013, p. 983). Além dessa coerção muda, Marx afirma que “a violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente” (Marx, 2013, p. 983).

É importante ressaltar que o que Marx coloca como excepcional o é nas formações sociais de capitalismo central. Fidelis (2021) realiza uma análise sobre a categoria superexploração da força de trabalho no qual resgata a proposição de Marx sobre a reprodução normal (no *modo* puro) e atrofiada da força de trabalho e estabelece a relação entre a reprodução atrofiada e a superexploração da força de trabalho nos países dependentes. Concordamos com Fidelis (2021) à medida que algumas excepcionalidades trazidas por Marx são, por vezes, o *modus operandi* nos países dependentes.

Dito isso, concordamos com Marx sobre não ser necessária a violência extraeconômica nos países centrais para se desenvolver as relações de produção, levando em consideração que o Estado consegue fazer cumprir essas relações sem necessariamente se utilizar da violência extraeconômica constantemente. Isso quer dizer também que quando se faz necessário o Estado, como parte fundante do sociometabolismo do capital, assume as funções corretivas visando garantir a necessidade expansionista e acumulativa do capital.

Partindo da particular conformação do Estado dependente latino-americano, propomos que (assim como a reprodução atrofiada da força de trabalho é a normalidade nos países dependentes) a excepcionalidade do uso da violência extraeconômica é a normalidade nesses países. Campos e Oliveira corroboram nossa proposição ao afirmarem que

Na economia da América Latina, região dependente e em relação heteronômica com os países centrais, há uma tendência à ampliação da utilização da violência extraeconômica para a reprodução do capital baseada, sobretudo, na forma de violência estatal. *Faz-se assim, em nossa região, da violência forma de acumulação de*

*capital* tanto para a burguesia nacional quanto para a imperialista, amplificando o papel coercitivo e de controle extraeconômico do Estado diante de suas debilidades estruturais (2023, p. 388, grifos nossos).

Marini no artigo *Estado y crisis en Brasil* já nos alertava sobre a necessidade do que ele chamou de *Estado forte* nos países dependentes para garantir as necessidades das burguesias imperialistas e das burguesias nacionais. Campos e Oliveira trazem aqui esses *modos operandi* de utilização da violência extraeconômica do Estado dependente latino-americano como necessário à acumulação do capital, ou seja, do uso da violência como forma de acumulação do capital.

Se pensarmos estritamente na indústria bélica, ela por si só já é um meio de reprodução e acumulação do capital, mas para fechar o ciclo de produção ela necessita de guerras constantes para a realização das suas mercadorias. Como país imperialista que detém a centralidade hegemônica do capitalismo mundial<sup>2</sup>, os EUA criam guerras em diversos lugares do mundo não apenas para manter sua posição hegemônica mundial, nem somente para demonstrar seu poderio bélico; é, também, para manter aquecida sua principal indústria, a bélica.

Ao se pensar na geopolítica latino-americana e o papel que o Brasil exerce nela através do subimperialismo, é necessário estar atento a “posição tomada por essa economia na cadeia de transferência de valor no mercado mundial e na maneira como essa posição afeta as relações internas dos países da região” (Campos; Oliveira, 2023, p. 388). Isso porque para além dos arranjos internos para reprodução e acumulação do capital, o Brasil exerce uma função subimperialista na região, buscando mecanismos de compensação para a sua condição em relação aos países imperialistas.

O principal mecanismo de compensação da perda de valor nas transações entre as economias centrais e periféricas trabalhado pela Teoria Marxista da Dependência é a superexploração da força de trabalho e o Estado dependente latino-americano tem exercido diversas funções para garanti-la e aprofundá-la, em especial após a implementação do neoliberalismo na região.

---

<sup>2</sup> A China vem cumprindo um papel cada vez mais ameaçador para essa posição dos EUA nas últimas décadas, mas essa guerra geopolítica ainda não suplantou a centralidade hegemônica estadunidense no capitalismo mundial.

A superexploração juntamente à condição subsoberana e ao uso da violência extraeconômica compõem o cenário dos mecanismos de garantia das condições de reprodução e acumulação ampliadas do capital. Na hierarquia na qual se dispõem os Estados nacionais, cada um com sua particular formação social, sua forma de inserção no mercado mundial e suas dimensões políticas, étnico-raciais, patriarcais etc., é criada uma organização dentre tais Estados em que alguns assumem condição soberana e outros subsoberana, sendo estes subordinados ao imperialismo e às classes dominantes imperialistas.

Em relação ao uso da violência extraeconômica, “desde a acumulação originária até o presente, a subsunção do trabalho ao capital se dá ancorada no uso da força” (Campos; Oliveira, 2023, p. 391). No Brasil, uma das principais expressões da utilização da violência extraeconômica para a reprodução e acumulação de capital foi durante o período ditatorial (entre 1964 e 1985), pois nesse período as forças armadas operavam a violência estatal no controle da classe trabalhadora como força produtiva para garantir e reforçar a submissão da classe trabalhadora urbana e rural. A ditadura aparece, então, como uma experiência “bem-sucedida” do uso das forças armadas para favorecer a extração de sobretrabalho.

Durante o período da ditadura civil-militar brasileira a violência extraeconômica era maquiada pela falácia de desenvolvimento que contribuía para o aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Vejamos como isso aparece nos oito programas de governo durante a ditadura militar (Ianni, 2019), que adotou o planejamento como técnica e retórica para fortalecer o aparelho estatal e, conseqüentemente, favorecer e dinamizar a acumulação do capital.

O primeiro deles foi o *Programa de Ação econômica do Governo: 1964-1966* que objetivava a estabilização financeira e a criação de condições econômicas propícias ao retorno do desenvolvimento econômico. Nas palavras de Ianni (2019), “tratava-se de acelerar ‘o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963’. Para que isso passasse a ocorrer, no entanto, era indispensável ‘conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965” (p. 30). As formas encontradas para isso foram: a política salarial (que condicionava os salários às exigências do mercado de combate à inflação) e o favorecimento do imperialismo (que estimulava a entrada de capitais estrangeiros e a cooperação técnica e financeira com as agências internacionais), que serviram de base para o lema do governo de Castelo Branco “segurança e desenvolvimento”. Já nesse primeiro

programa fica evidente a submissão do Estado periférico brasileiro ao capital imperialista, garantindo a reprodução ampliada do capital

As *Diretrizes de Governo: 1967* foi o programa do início do segundo governo ditatorial, no qual estavam os objetivos básicos da política econômica, seguindo algumas diretrizes:

o desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa privada nacional, sem qualquer discriminação em relação à empresa estrangeira [...]. Ao setor privado será assegurada a possibilidade de obter ou de gerar os recursos de que precisa para operar e expandir-se [...]. O governo está consciente da responsabilidade que lhe cabe quanto ao desenvolvimento social e à consolidação de uma infraestrutura que torne possível a expansão da atividade econômica [...] O Estado deverá ser extremamente cauteloso ao transferir recursos do setor privado - que é o mais dinâmico para o setor público, cuja dinamização só será possível intensificar, com a reforma administrativa [...]. (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral *apud* Ianni, 2019, p. 32)

Observa-se, portanto, que as diretrizes do governo de Costa e Silva procuravam investimentos lucrativos a qualquer preço.

O terceiro foi o *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1967-1976*, no qual eram estabelecidas as principais diretrizes da política de desenvolvimento econômico num período de dez anos, são elas: "a) a programação da produção, do consumo e dos investimentos da União [...] com identificação das respectivas fontes de financiamento, b) a definição dos critérios de ação indireta do governo federal através dos instrumentos institucionais de regulação econômica" (Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica *apud* Ianni, 2019, p. 33). Essas diretrizes tinham como objetivo "formar capital" no âmbito federal, estadual e municipal.

O quarto foi o *Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968-1970* que desnuda o comprometimento do Estado com o capital privado, retirando-se de áreas lucrativas e incentivando o investimento do capital privado. Um trecho desse programa ilustra bem esse movimento:

o reconhecimento da insuficiência das oportunidades de investimentos relacionadas com o setor externo (substituição de importações e expansão de exportações industriais) e com inovações tecnológicas e inversões de reposição para sustentar um crescimento rápido *desloca* a tônica dinâmica para os elementos decisórios, influenciáveis pelo setor público, como investimento público e incentivo públicos especiais para o investimento privado. (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral *apud* Ianni, 2019, p. 34, grifo nosso).

*As Metas e Bases para a Ação do Governo: 1970-1971* é o quinto programa do governo da ditadura, no qual Médici estabeleceu um modelo brasileiro de desenvolvimento que garantiria a inserção do Brasil no rol dos países centrais. Com esse modelo foi criado o mito do *Brasil Potência* (que faz menção àquela terceira característica do fascismo que pontuamos páginas atrás), justificado pela propaganda imperialista do *Milagre brasileiro* - ganha ânimo nesse período a retórica da *integração nacional*, apelando para a seguinte análise:

Todo 'sacrifício' imposto ao povo brasileiro, em geral, e ao proletariado e campesinato, em particular, era visto pelos governantes e os seus funcionários como 'preço' do 'milagre', da 'grandeza'. O que estava em causa, diziam, era a 'criação de uma sociedade industrial nos trópicos'. [...] Para isso, abria-se ainda mais o país ao capital imperialista e acentuava-se, também a superexploração do proletariado e do campesinato. Havia um singular tropicalismo na ditadura fascistoide instalada desde 1964 (Ianni, 2019, p. 36).

O sexto é o *I Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972-1974* criado a partir do sinal diplomático estadunidense acerca do possível lugar que o Brasil poderia ocupar de preferência de aliança em relação aos demais países da América do Sul. Essa possibilidade permite o aprofundamento do caráter repressivo da ditadura, que tem auxílio do imperialismo com o "anticomunismo" (criação do inimigo da nação, uma das características do fascismo), e da dedicação estatal para a acumulação monopolista. Conforme Campos (*apud* Ianni, 2019) recomendava-se a

influência crescente do governo, mediante expansão de investimentos e uso da capacidade regulatória [...]. Promoção, pelo governo, das condições para a modernização dinâmica e competição, mediante incentivos ao setor privado e concessão de prioridades aos investimentos diretos em setores como educação, habitação, energia, transportes e comunicações. (p. 38)

Esse plano que fecha o governo Médici descreve bem o que Paniago (2012b) aponta como "liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho" (p. 68), ficando nítido na famosa frase do Médici "O Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

O sétimo é o *II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979* que marca o governo de Geisel. Apesar da crise que o sistema do capital entra na década de 1970 e dos impactos particulares dessa crise no Brasil, Geisel vai dar continuidade à política econômica da ditadura de complementar os elementos reprodutivos materiais.

Utilização, para a aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas através da política de fusões e incorporações - na indústria, na infraestrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) -, ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais-financeiros [...]. Decisão de absorver, complementarmente ao esforço interno, poupança, tecnologia e capacidade gerencial, sem as quais dificilmente construiremos, em prazo relativamente curto, uma potência industrial moderna. Aqui se coloca, obviamente, o problema de ajustar as multinacionais à estratégia nacional (República Federativa do Brasil *apud* Ianni, 2019, p. 39).

O oitavo e último foi o *III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1980-1985* do governo de Figueiredo, no qual a preocupação central se divide entre a inflação e a dívida externa. Assim como Paniago (2012b) aponta sobre a submissão dos Estados periféricos a condições ainda mais desfavoráveis à travessia da crise, Ianni (2019) vai afirmar que a submissão do Brasil ao imperialismo obriga o governo militar a “desestatizar” a economia para que o capital privado ao assumir alguns setores diminua a inflação e possibilite o pagamento da dívida externa. Em outras palavras, o Estado beneficia tanto a capital nacional como o estrangeiro; quanto as demandas do trabalho, foram ignoradas.

Todos esses planos e programas apresentados aparecem como restritos ao campo econômico, porém o planejamento e a dominação perpassaram outros campos que também (e essencialmente) tinham como objetivo “assegurar e salvaguardar as condições globais da extração de sobretrabalho” (Paniago, 2012a, p. 81).

Campos e Oliveira contribuem nesse sentido ao afirmarem que “ao controlar violentamente a força produtiva e as relações de produção, o Estado possibilita a quebra de barreiras ao desenvolvimento pela conformação das condições político-econômicas para a superexploração da força de trabalho” (2023, p. 391). Ou seja, o uso da violência extraeconômica está diretamente relacionado à violência econômica, podendo até dizer que cumpre uma função essencial às condições econômicas dos países dependentes - o que demonstra uma *irrevogável relação recíproca* (Lukács, 2012, p. 310) entre elas e entre o capital e o Estado.

A violência estatal cria condições políticas para a superexploração da força de trabalho. O monopólio da coerção que o Estado burguês tem não é à toa; afinal, o Estado burguês tem uma relação de co-determinação com o capital. Logo, é razoável afirmar que o monopólio da coerção é do também do capital. Tendo o capital a necessidade incessante de autovalorizar-se, ele se utilizará de todos os mecanismos possíveis para garantir a extração de sobretrabalho, visando, no geral, reverter a tendência à queda da taxa de lucro e, em particular,

retomar as taxas de lucro dos chamados anos dourados (central) e do período desenvolvimentista (dependente).

Vejam, então, como a *irrevogável relação recíproca* entre as violências econômica e extraeconômica se desenvolvem no capitalismo dependente a partir de algumas constatações: sua condição estrutural, permanente e desigual. Primeiro porque a debilidade da burguesia nacional nas formações sociais latino-americanas necessita do uso da violência para a subsunção do trabalho ao capital nas condições de superexploração da força de trabalho, transformando esse mecanismo da violência não apenas em estrutural, mas também permanente.

A condição desigual do uso da violência se desnuda nos dados sobre violência em geral e estatal, no qual as pessoas pertencentes às frações mais exploradas da classe trabalhadora sofrem mais violência, bem como aquelas localizadas no lupemproletariado - ambas localizadas geograficamente nas periferias. Além dessa classificação, há também uma questão de gênero e étnico-racial que direciona o uso da violência extraeconômica<sup>3</sup>.

É importante esclarecer que a violência extraeconômica direcionada a essas parcelas da população não é uma particularidade dos países dependentes, ela acontece com essas frações que vivem nos países centrais também - com o acréscimo da população imigrante. Porém, o que estamos ressaltando mais uma vez é que a excepcionalidade é, nos países dependentes, uma regra.

O recurso a violência extraeconômica é uma necessidade sistêmica, portanto estrutural, do capitalismo dependente. A violência e o genocídio continuam não porque a situação colonial não foi superada, mas sim porque não foram superadas as relações sociais que permanecem fazendo da violência uma força produtiva. Assim como não há possibilidades de superar a situação de dependência pelo nacionalismo ou (neo)desenvolvimentismo, a violência, como seu corolário, também não pode ser superada estruturalmente sem a superação do sociometabolismo do capital (Campos; Oliveira, 2023, p. 392).

O Estado dependente latino-americano, cumprindo sua razão de ser, utiliza o monopólio da violência para tentar corrigir os defeitos estruturais e para garantir politicamente a reprodução e acumulação do capital, transformando a violência em produtora e reprodutora

---

<sup>3</sup> Esses temas foram desenvolvidos por Marina Gouvêa e Camila Rocha no artigo intitulado *Trabajo social y lucha antirracista, antipatriarcal y anti-imperialista: una actitud política necesaria*, no qual as autoras caracterizam a divisão sexual/cis-hetero-binário-generificada do trabalho, a divisão racial do trabalho e a divisão territorial/internacional do trabalho como dimensões indissociáveis da divisão social do trabalho no capitalismo. Disponível em: <https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/eleuthera/article/view/4238>.

das condições às quais ela é consequência. Campos e Oliveira (2023) sintetizam a violência extraeconômica pelo papel que ela assume em:

a) submeter trabalhadores e trabalhadoras à venda da sua força de trabalho, superexplorando-a; b) realizar e/ou apoiar as expropriações de meios de vida e meios de produção, além de direitos, conhecimentos, técnicas e biodiversidade, reproduzindo em escala ampliada a separação entre controle, produção e consumo, transformando produtores (as) diretos (as) em vendedores de força de trabalho; c) garantir as condições políticas de reprodução do capital, submetendo politicamente o conjunto da classe trabalhadora e controlando ao máximo a revolta de classe; d) controlar as possibilidades de revolta e revolução, realizando a mediação da luta de classes através da violência direta (p. 393).

Como pontuado, isso não é exclusivo dos países dependentes, mas neles *a violência é a mola propulsora do desenvolvimento capitalista* nas suas formações sociais, ainda que respeitando as diferenças entre elas. *A violência tem sido, em suas mais diversas variações, um sintoma da institucionalização da contrarrevolução* na região, seja para garantir a superexploração da força de trabalho, seja para garantir a hegemonia burguesa. Segundo Fidelis e Kuri (2023),

O novo padrão neoliberal ou neoliberalismo se instalou no Estado dependente latino-americano além das formas de governo, ou seja, além das ditaduras militares que nos anos 1980 começaram a se esgotar abrindo passo às transições à democracia. Nesse marco, o aparente afastamento da política formal por parte das FFAA [forças armadas] foi essencialmente a interiorização da contrainsurgência na estrutura estatal (p. 62).

Na realidade brasileira, a violência é uma das faces da moeda subimperialista: ela aparece enquanto demanda da forma particular do capitalismo dependente brasileiro; ela dá vida ao Estado forte dependente brasileiro; ela subsidia o projeto de desenvolvimento; ela aparece nas legislações; ela se vivifica nas forças armadas e nos órgãos de segurança pública; ela aparece na realidade cotidiana do povo brasileiro. A mola propulsora do desenvolvimento capitalista brasileiro tem em sua base as frações trabalhadoras superexploradas - violência (extra)econômica para todos, esse é o lema.

A institucionalização da contrainsurgência no Brasil aconteceu de modo particular através da criação de um Estado de quarto poder. Ele é a consolidação da violência como parte necessária aos processos de reprodução e acumulação do capital no Brasil e, nesse sentido, concordamos com Marini (1980) quando ele afirma que “sempre que achamos certas estruturas, funcionamento e coparticipação entre forças armadas e capital monopólico, estaremos diante um Estado de contrainsurgência, tenha ou não a forma de uma ditadura

militar" (p. 5, tradução livre). Ou seja, a institucionalização da contrainsurgência nada mais é que a institucionalização da violência enquanto *modos operandi* necessário à reprodução e à acumulação capitalista dependente.

### **MILITARISMO, ARMAMENTISMO E ACUMULAÇÃO**

O armamentismo, ou melhor, todos os campos envolvidos na indústria bélica (importante campo de acumulação capitalista) se tornam o ponto culminante do processo de militarização da América Latina a partir dos anos 1950–60, pois nessa época os detentores exclusivos deles (as forças armadas) tomaram para si a resolução das crises sociais. Então além do sobredimensionamento das forças armadas e da sua manifestação armamentista nos países dependentes nesse período, a militarização se aprofunda quando as forças armadas tomam para si essa tarefa.

Varas (1984) indica quatro fatores da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social: a) a função histórica das forças armadas nos países latino-americanos e o contraste com a atual conjuntura; b) a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura; c) a autonomização delas no interior do Estado; d) a incipiente ou desenvolvida indústria bélica na América Latina.

O primeiro fator é de suma importância porque, de fato, as forças armadas têm uma função histórica nos países latino-americanos desde seus respectivos processos de independência política das suas metrópoles portuguesa e espanhola até os dias de hoje - com variação de intensidade das suas inserções. Nas palavras do autor,

Diferente de outras regiões, especialmente da Europa, as instituições armadas latino-americanas enfrentaram a tarefa de constituição do espaço territorial sobre o qual são fundadas as hegemonias originais. Por tais razões, são essas gestões militares os marcos constitutivos do ser nacional na quase totalidade dos países da região. Essa função histórica é reforçada pela extensão, em alguns casos, dos âmbitos territoriais de acumulação dos diferentes blocos no poder. Em consequência, as forças armadas conseguem desempenhar um papel histórico que a retórica ideológica conservadora utiliza ao confundi-los com os valores e elementos essenciais do ser nacional (Varas, 1984, p. 191, tradução livre).

Desde o período colonial até os dias de hoje, as forças armadas (como cume do monopólio da violência do Estado burguês) exercem funções bélicas ou não visando garantir os processos de dominação e de expansão do domínio do capital. Inclusive se pensarmos na

necessidade do capital da independência política em relação às suas metrópoles, vemos que o capital se utilizou das forças armadas para consolidação das relações tipicamente capitalistas na região, sendo mais ou menos usadas de acordo com o nível de organização social democrática-burguesa.

Assim, a função histórica das forças armadas apesar de ter um padrão mais ou menos em comum na América Latina, sofre variações a depender dos projetos de dominação dos países e da inserção destes na pirâmide geopolítica imperialista. Isso porque “o fenômeno armamentista começa a estar cada vez mais ligado às características que imprime à sociedade, diferente em cada caso nacional, a maior presença de elementos empresariais com aspirações hegemônicas ligadas a finanças nacionais ou internacionais” (Varas, 1984, p. 192, tradução livre).

O processo de financeirização do capital interfere em todos os âmbitos, inclusive na relação entre forças armadas e as frações burguesas no poder dos Estados nacionais que, financeirizadas, buscam garantir a reprodução desse tipo de capital seja através das indústrias bélicas, seja através da busca de novos territórios de realização - como é o caso do projeto subimperialista brasileiro. Vejamos como acontece essa relação entre os processos econômicos e políticos nacionais e essa fase de financeirização que impacta nas forças armadas.

Na fase de acumulação primário-exportadora-oligárquica, o projeto de dominação estava relacionado à soberania territorial, então as forças armadas atuavam para garantir um território livre e soberano, resguardando as fronteiras nacionais e os territórios locais para esse tipo de acumulação. Na fase industrial-desenvolvimentista-populista, acontece algo semelhante porque “manter as fronteiras econômicas, barreiras alfandegárias e aduaneira, era um elemento de cuja relação com sua própria existência, êxito ou fracasso econômico” (Varas, 1984, p. 192, tradução livre).

Nessas duas fases de acumulação os projetos de dominação requeriam das forças armadas ação (seja através das suas funções repressivas ou não) em relação às frações da classe trabalhadora, para ajustá-las às necessidades de cada fase de acumulação. Em outras palavras, as forças armadas deveriam garantir que as frações da classe trabalhadora estivessem completamente subjugadas ao capital para que o trabalho realizado de garantia das fronteiras de realização do capital corroborasse com os processos de nacionais de

acumulação e dominação. Ou seja, as forças armadas cumpriam um papel fundamental para a reprodução e acumulação do capital nessas duas fases de acumulação.

Já nos anos 1970, com a crise estrutural do capital e as mudanças da nova fase de acumulação flexível-neoliberal, os países latino-americanos se veem imersos numa dinâmica econômica no qual os processos financeiros detêm a hegemonia em relação às atividades produtivas. Essa nova dinâmica implica processos de desindustrialização, desestatização e reprimarização<sup>4</sup> das economias latino-americanas que fazem com que as frações burguesas nacionais que antes detinham hegemonia no bloco no poder ingressem num processo de adaptação e sejam paulatinamente substituídas<sup>5</sup> pelas frações financeiras.

No Brasil, o golpe civil-militar que instaura a ditadura pavimenta a presença do setor financeiro que leva a níveis superiores a transnacionalização da economia - como visto nos planos dos governos ditatoriais na subseção anterior. O regime civil-militar inicia um processo que segue até hoje mediante a participação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) no financiamento de várias atividades no exterior e no processo de constituição de empresas privadas (como Odebrecht, Braskem, JBS, Vale, Bradesco, Itaú etc). As forças armadas cumprem, assim, um papel essencial nessa nova fase de acumulação e, em contrapartida, estabelecem um novo sistema de relações políticas que *redefine* a função castrense em relação ao novo projeto hegemônico de dominação.

A mudança para essa fase de acumulação altera consideravelmente a forma histórica que as forças armadas participavam nos projetos de dominação. A necessidade que o capital financeiro tem de superação das fronteiras e da dimensão territorial para sua dominação impõe essa mudança na função histórica das forças armadas, permanecendo sua função principal que é ser um instrumento facilitador dos processos de reprodução e acumulação do capital. Conforme Varas (1984), "ao contrário dos outros projetos [...], para o empresariado financeiro o desejável é a plena mobilidade dos fatores de produção de modo que possam

---

<sup>4</sup> Esses processos acontecem de maneira diferente e em graus de intensidade diferente nos diversos países latino-americanos. Segundo Varas (1984), "Para os [países] exportadores de matérias-primas e de manufaturas a inflação e recessão mundiais, e o neoprotecionismo, implicaram numa baixa dos seus fluxos de exportação, déficits de balança comercial e, em consequência, um crescente endividamento externo. No caso dos países exportadores de petróleo as limitações à sua industrialização, somadas no caso latino-americano às políticas livre-cambistas, não só inibiram tal opção industrialista como também produziram grandes déficits de balança comercial e de pagamentos que também acabaram com altos níveis de endividamento, tais são os casos do Equador, Bolívia, México e Venezuela" (p. 194, tradução livre).

<sup>5</sup> A substituição é uma das respostas associadas à crise estrutural do capital e, claro, não se dá por completo visto que a produção de mais-valia acontece sempre nas atividades produtivas.

aproveitar cada uma das vantagens o que o mercado - nacional ou regional - lhes oferece, em especial o capital dinheiro do qual são seus principais possuidores" (p. 195, tradução livre).

Diferente das necessidades das fases de acumulação anteriores, aqui a questão territorial tão cara às forças armadas deixa de ter centralidade impondo a elas um paradoxo de difícil digestão: como o setor financeiro (e seu respectivo Estado) necessita de um mercado sem fronteiras, o que as forças armadas deveriam fazer? Nesse processo de questionamento da função histórica, as forças armadas acabam desenvolvendo suas próprias formulações e implementando seus próprios processos, em especial, a doutrina de segurança nacional.

Assim, a doutrina de segurança nacional se modifica já na ditadura e mantém sua vigência após ela. Segundo Varas (1984), "a velha doutrina de segurança nacional que indicava os âmbitos necessários de ação castrense no nacional-civil deve caminhar para novos conceitos e estratégias que agora não provém desse campo, e sim que se originam das próprias forças armadas" (p. 195, tradução livre).

Isso, porém, não implica dizer que as forças armadas tenham um campo ideológico próprio, alheio aos processos de reprodução e acumulação de capital, afinal isso seria afirmar que esse campo superestrutural estaria desligado do campo estrutural. Quer dizer, tão somente, que a crise estrutural do capital impõe mudanças em todos os campos; não sendo as forças armadas uma exceção, ela deve ultrapassar sua função histórica que se relacionava com a territorialidade e adaptar-se aos padrões de reprodução e acumulação do capital financeiro.

Retomando a co-determinação entre capital e Estado e resgatando a informação que o Estado detém o monopólio da força, podemos inferir que as forças armadas (enquanto órgão do Estado) devem, sempre e quando seja necessário, refuncionalizar-se para que seus projetos se mantenham alinhados aos do capital. Como o capital financeiro mantém seu foco na posse de ativos monetários e reservas internacionais (e não necessariamente na propriedade de recursos naturais e produtivos), as forças armadas se veem obrigadas a refuncionalizar seu papel histórico.

Algo que contribui fortemente para essa adaptação das forças armadas é a perspectiva do setor financeiro sobre a relação entre gasto militar e investimento interno, pois como não veem contradição conduzem quantidades consideráveis de recursos monetários para as forças armadas - uma boa forma de incentivar a mudança, por um lado, e um bom investimento, por

outro. Na década de 1970, o gasto militar no Brasil alcançou 23,8% (cf. Varas, 1984), sendo possível somente porque houve uma redução nas atividades de investimento estatal em geral, seguido de uma redistribuição interna.

Assim, as forças armadas veem que sua atual ou potencial aliança com aqueles setores empresariais que vão adquirindo (ou já adquiriram) uma preeminência sobre o resto dos componentes do bloco no poder, passa por subsidiar o déficit ideológico que eles têm em relação às questões territoriais aproveitando as facilidades orçamentárias e de divisas que lhes outorgam. Em consequência, o aumento da importância das questões bélicas e dos problemas territoriais frente aos países vizinhos ou extracontinentais começa a ser um tema que as próprias forças armadas levantam como reafirmação de uma ausência de valor civil (Varas, 1984, p. 196, tradução livre).

Dessa maneira, as forças armadas tentam não renunciar à questão territorial, ressignificando-a a partir da exclusividade da defesa territorial e da forma de executá-la através de uma massiva incorporação de armamento tecnológico sofisticado - conseguindo, assim, o apoio do setor financeiro que julga a indústria bélica como um excelente setor para investimento. No Brasil, devido ao seu projeto subimperialista, "a realização da sua [do setor financeiro] estratégia de desenvolvimento transnacionalizado faz com que a volatilidade das fronteiras provenha do fato econômico, [...] precisamente da possibilidade de acumulação que começa a integrar vários territórios através de 'fronteiras vivas'" (Varas, 1984, p. 196, tradução livre).

A relação entre as forças armadas, indústria bélica e capital financeiro nos faz retomar a relação umbilical entre capital e Estado, afinal o Estado (através das forças armadas) busca cumprir uma de suas principais funções, "assegurar e salvaguardar as condições globais da extração de sobretrabalho" (Paniago, 2012a, p. 81), ou, nesse caso, assegurar e salvaguardar as condições globais de reprodução e acumulação do capital - agora o capital financeiro.

Em alguns países latino-americanos o balanço entre a manutenção da centralidade da questão territorial se mantém, porém não em todos, principalmente naqueles em que a burguesia nacional está vinculada mais estreitamente ao capital financeiro imperialista. Nesses, as forças armadas são levadas a centralizar seus acordos no incremento do poder bélico, seja ele ofensivo ou não.

No segundo fator da relação entre a militarização e a autorresponsabilização das forças armadas para a resolução da crise social, a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura, Varas trata do que ele chama de desestatização e

privatização das economias nacionais, processo que para ele “se traduz numa transferência do poder político ao capital privado, agora sob a direção das altas finanças” (Varas, 1984, p. 197, tradução livre). Para o autor há o surgimento de novos projetos do setor financeiro imperialista que visam desestatizar as economias e o poder político.

Dada a discordância que temos da separação entre economia e poder político que resulta, nesse caso, numa falsa percepção de que antes do surgimento do capital financeiro o Estado pertencia a outra classe que não a do capital, decidimos seguir a análise do segundo fator citado por Varas por outra linha - concordamos com a proposta do fator, mas não da análise desse fator desenvolvida pelo referido autor.

Para nós, a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura se relaciona com a perda do seu lugar “central” dentro do Estado burguês brasileiro, seja porque sua função histórica deixa de ser imprescindível na nova fase de acumulação, seja porque elas não detêm mais o poder executivo após a redemocratização.

Por isso, a política de segurança nacional, lócus das forças armadas, entram em análise. Atento que não é somente na América Latina e que, tão pouco, surge na região; a revisão da política de segurança nacional surge enquanto demanda estadunidense e sofre variações a depender das demandas do seu capital imperialista.

Pode parecer que falar em política de segurança nacional não tem nada a ver com a função ideológica das forças armadas, porém sua reformulação tem a ver com, e principalmente, a necessidade desse ator social em resolver a crise social. Se antes essa resolução passava pela defesa das fronteiras nacionais e não é mais possível, necessário ou eficaz essa solução, há então que se modernizar para que os valores ideológicos “íntegros, genuínos, puros, dignos e corretos contidos de pura honradez, lisura, honra e respeitabilidade” próprios das forças armadas consigam ser difundidos por toda a sociedade e, assim, haja a resolução da crise social - que estaria centrada, dentre outras coisas, na falta desses valores ideológicos.

Apesar de discordarmos do entendimento sobre a desestatização e privatização das economias nacionais citadas por Varas, entendemos que as privatizações desempenham um papel fundamental nas novas espoliações (acumulação de capitais), bem como na ampliação do poder das transnacionais. Ao passo que destacamos o processo de privatização também da esfera da segurança através das milícias (num nível interno) e dos exércitos mercenários

(num nível externo) e que salientamos a injeção da *ideologia militar* fora dos quartéis. Essas privatizações concretizam em diversas escalas a violência como *modus operandi*, em especial pela difusão e naturalização nas relações sociais.

No terceiro fator da relação entre a militarização e a autorresponsabilização das forças armadas para a resolução da crise social, a autonomização delas no interior do Estado, há que se analisar como as forças armadas vêem o conjunto dos aparatos estatais como incapazes de resolver a crise social. Os projetos de dominação vinculados à fase desenvolvimentista tinham a capacidade de transformar, mesmo que aparentemente, os interesses deles em *interesses nacionais* e, nesse sentido, o papel de cada aparato estatal deveria estar alinhado a esses interesses nacionais.

Consideramos que ao não conseguir manter o projeto de desenvolvimento nacional, as burguesias nacionais perdem na luta intra-burguesa a direção do Estado e, com isso, perdem a capacidade de direcionamento das suas demandas internas - o que antes aparecia como interesse nacional a partir das frações burguesas nacionais se transforma em interesses do capital imperialista disperso entre os países.

Quando há a substituição do projeto nacional-desenvolvimentista pelo financeiro-neoliberal, com todo o novo arcabouço teórico-político que desmantela a anterior organização dos aparatos estatais e lhes impõe uma ressignificação das funções e das ações, o conjunto dos aparelhos estatais vai se fragmentando e cada aparelho entra num processo de autonomização.

Esse processo não foi diferente com as forças armadas, afinal, como um desses aparelhos, elas precisaram buscar suas novas funções. No entanto, a particularidade da autonomização das forças armadas é a inserção da sociedade num processo de militarização. Esse não é um processo simples, então vamos tateá-lo a partir de alguns aspectos.

O primeiro deles é o aumento das verbas para a área da defesa a nível continental que possibilita um fortalecimento interno e um crescimento do número de militares; esses dois pontos do primeiro aspecto são importantes para se observar onde surge não apenas a grande capacidade de forçar um projeto de dominação próprio das forças armadas, mas também do potencial de criação desse projeto.

Quando se fala em projeto próprio das forças armadas se deve ter cautela para não o descolar da reprodução material objetiva. Por serem um ator social, não podem se desligar

completamente, ao contrário, esse ator social busca se ligar às demandas da reprodução e acumulação do capital financeiro para que este siga direcionando uma crescente verba para a defesa. Se o novo projeto não contribuisse para o capital, que sentido teria direcionar verba para ele? Ele deveria, portanto, favorecer, beneficiar, possibilitar, proteger e apoiar o projeto de dominação da nova fração burguesa hegemônica, a financeira.

O segundo aspecto, também derivado do aumento de verbas, é a criação e/ou fortalecimento da indústria bélica em alguns países latino-americanos. Não à toa, a indústria bélica favorece não apenas o capital produtivo, como uma mera indústria do século passado. Quando o capital financeiro, simplificado como a fusão do capital produtivo e bancário, financia a indústria bélica é porque o domínio desse nicho possibilita o projeto imperialista e, numa escala menor, o projeto subimperialista.

A presença institucional das forças armadas na política nacional adquire uma força e uma permanência tal que dificilmente pode ser visto como um fenômeno transitório que pode ser devolvido ao passado sob a forma de uma pura e simples "volta aos quartéis". Desde esse ponto de vista, a militarização responde a um processo de fortalecimento das instituições castrenses como consequência de um debilitamento dos projetos de dominação social (Varas, 1984, p. 201, tradução livre).

Partindo dos dois aspectos apresentados e dessa contribuição de Varas, podemos inferir que no caso brasileiro, o projeto subimperialista direciona a construção do projeto próprio das forças armadas, pois a autonomização prejudicaria tal projeto. Isso não implica, no entanto, que não houve/haja militarização no Brasil; ao contrário, a militarização é dirigida para o fortalecimento do projeto subimperialista na fase financeira-neoliberal transnacional.

Nota-se, portanto, uma diferença no processo de militarização geral dos países dependentes latino-americanos e do Brasil. Enquanto no geral as forças armadas se autonomizam buscando vinculação às burguesias financeiras internacionais, no Brasil o projeto subimperialista estabelece essa vinculação e direciona as ações das forças armadas para o fortalecimento, proteção e apoio do projeto de dominação próprio do país. Como anuncia Varas (1984), "a autonomização dos aparatos estatais e, entre eles, das próprias forças armadas, tem como uma das suas consequências uma militarização do projeto nacional autoritariamente definido e seu apoio através de uma maior capacidade bélica" (p. 202, tradução livre) - militarização que legitima a violência como *modus operandi*.

O quarto e último fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social é a incipiente ou desenvolvida indústria

bélica na América Latina. Para analisá-la seguimos com o crescente destino de verbas para os militares, pois é a partir dos altos ingressos que o fenômeno armamentista pode ser desenvolvido. Segundo Varas (1984), a partir dessas verbas

se incorporam novas e maiores quantidades de armas e sistemas de armamentos modernos. Esse fluxo de importações cria as condições para que se inicie a produção com licenças estrangeiras de algumas armas previamente importadas. Tal processo reforça as indústrias bélicas pré-existentes, como no caso argentino, ou ajuda a criar, como no caso brasileiro, chileno, peruano, colombiano e mexicano (p. 202, tradução livre).

Apesar da criação ter sido iniciada a partir do mesmo processo, seu desenvolvimento variou/a de acordo com a capacidade de realização dessas mercadorias, interna ou externamente. A realização externa muito tem a ver com as relações comerciais estabelecidas entre as economias, mas tem a ver também com os acordos geopolíticos da região que definem políticas de segurança transfronteiriça. Nesse sentido, dado o projeto subimperialista brasileiro, a indústria bélica do Brasil teve/tem uma capacidade de realização externa superior aos demais países da região.

Em relação à realização interna, ela é praticamente certa visto que existe um público-alvo bem delimitado, as forças armadas. Ainda que o fenômeno armamentista possa se expressar de modo independente ao processo de militarização, é este que vai garantir de modo geral a realização das mercadorias da indústria bélica - seja pelas próprias forças armadas, seja pela difusão político-ideológica de armamento para pessoas civis.

Essa indústria apresenta, portanto, um efeito econômico e ideológico. Em relação ao econômico podemos pontuar sobre o endividamento externo dos países latino-americanos para o custeio financeiro da indústria bélica que, em partes, é realizado através de empréstimos internacionais. Em relação ao ideológico, "o nacionalismo e outras ideologias militaristas, com suas derivações chauvinistas, justificam e estimulam o desenvolvimento das respectivas indústrias militares" (Varas, 1984, p. 203, tradução livre); ao mesmo tempo, a questão ideológica aparece na camuflagem realizada para esconder a desvantagem dessas indústrias em relação às demais extracontinentais - as da região latino-americana apresentam efeitos econômicos negativos, pois precisam de consórcios e parcerias transnacionais, endividamento do Estado, subjugação ao capital estrangeiro e, ainda assim, é exibida como bem-sucedida.

A particularidade do ciclo do capital nas economias dependentes (Fidelis, 2020) se mantém para a indústria bélica, pois não apenas a origem do dinheiro é estrangeira (que direciona todo o processo produtivo), como também a investigação e desenvolvimento de tecnologias não acontecem e precisam ser importadas, além do mercado interno para a realização das mercadorias ter a mesma debilidade das demais indústrias de bens de consumo. Assim como nestas, a indústria bélica se volta à produção de bens *suntuários* para as instituições militares que, por terem um alto orçamento, permite a realização das mercadorias.

A indústria militar do continente se em alguns casos representa uma importante entrada de divisas para determinados países, como no caso do Brasil que exporta quase um milhão de dólares anuais em armamento, só é possível a partir da existência de um poder comprador local ou mercado interno que lhe dá existência e a partir do qual se mantém. Não obstante, é esse consumidor suntuário o que está na base da rentabilidade aparente da indústria militar. Se fosse feito um experimento imaginário de suprimir a demanda interna das respectivas indústrias militares na América Latina por parte das suas forças armadas, poucas indústrias ficariam em pé (Varas, 1984, p. 204, tradução livre).

No caso brasileiro, a indústria bélica não vive apenas da exportação, vive principalmente das demandas internas das próprias forças armadas que empreitam missões dentro o fora das fronteiras territoriais brasileiras visando garantir as demandas do projeto subimperialista.

Assim, por um lado as ações de guerra subimperialistas são necessárias à indústria bélica para a realização das suas mercadorias, em que se pode observar uma relação de reciprocidade entre ambas; e são, por outro lado, indispensáveis para a geopolítica brasileira na região, pois dado que a exportação é, em geral, para os países da região (e do chamado sul global) ela também contribui para o projeto subimperialista brasileiro que acaba estabelecendo relações comerciais para a guerra e para a paz.

A indústria bélica é, portanto, um complexo que contribui não apenas para a reprodução e acumulação do capital enquanto uma mera indústria. Esse complexo acaba por militarizar as relações sociais e possibilitar modos de violência diversos, desde o âmbito privado até o público. Ressaltamos que no Brasil essa militarização tem sua camada mais externa na institucionalização da contrainsurgência que se transforma no casamento feliz entre a acumulação e a violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecemos a relação entre capital e Estado ao longo de todo esse artigo para demonstrar como o Estado (que detém o monopólio da violência) é a peça fundamental para a reprodução e acumulação do capital. O é de diversas formas: a) para garantir a superexploração da força de trabalho, seja por legislações trabalhistas que o permitam ou a sua inexistência, seja pelos salários indiretos das políticas sociais que desoneram os capitalistas do pagamento da integral do valor da força de trabalho; b) para instituir projetos de dominação (como os da ditadura militar) que se utilizam do monopólio da violência para submeter a classe trabalhadora a violência extraeconômica de modo constante visando, demonstrando a *irrevogável relação recíproca* entre o Estado e o monopólio da violência do capital; c) para imprimir uma militarização da vida social que vai muito além da absorção de valores militares e está mais relacionada a criação de setores altamente rentáveis como a indústria bélica; enfim, d) para criar um *modus operandi* nos países dependentes que garanta a acumulação capitalista a partir da violência.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. **Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente**. Revista Katalysis, v. 26, n. 3, set-dez, p. 386-395, 2023. ISSN 1982-0259.

FIDELIS, Thays. **A lei geral da acumulação capitalista e sua particularidade em condições de dependência latino-americana** /n: NASCIMENTO, Adriano; FIDELIS, Thays; NUNES, Elaine (org.). Economia, política e dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Maceió: EDUFAL, 2020.

----- **A reprodução da força de trabalho em Marx: a normalidade nos países centrais e a anormalidade nos países periféricos** /n: Seminário O capital em debate: fetichismo da mercadoria e teoria do valor-trabalho em Marx. Transmissão em 20 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9PFm0w-vDTk&t=4s>>.

FIDELIS, Thays; KURI, Georgette Ramirez. **A relação entre Capital e Estado: contribuições ao debate sobre o Estado latino-americano** /n: SILVA, Everton Melo da; BIZERRA, Fernando de Araújo (org.). Estado e dominação de classe: expressões contemporâneas. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2023. Disponível em: <https://phillosacademy.com/estado-e-dominacao-de-classe-expressoes-contemporaneas>

- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2 edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- **O capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em:  
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>
- MARINI, Ruy Mauro. **Estado y crisis en Brasil**. Cuadernos Políticos, México, Editorial Era, n. 13, p. 76-84, julio-septiembre, 1977.
- **El Estado de contrainsurgencia**. Cuadernos Políticos, México, Editorial Era, n. 18, p. 21-29, octubre-diciembre, 1978 (online).
- **La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina**. Serie Avances de Investigación, México, Centro de Estudios Latinoamericanos, n. 44, 1980.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do Capital**. 2 edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.
- SANTOS, Theotônio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Editora vozes: Petrópolis, 1991.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- VARAS, Augusto. **Estado y fuerzas armadas en América Latina: economía y política de la militarización y el armamentismo**. Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Ciudad de México, n. 10-11, p. 187-205, enero-diciembre, 1984.